



**INSTITUTO
FEDERAL**

Brasília

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
Campus Samambaia
Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica

MÁRCIA PAULA FERREIRA RODRIGUES NOBRES
THALITA ANDRESSA BARBOSA PAES LANDIM SILVA

**A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO TÉCNICO E
PROFISSIONAL**

Eixo tecnológico de Gestão e Negócios
Técnico em Administração

Brasília
2023

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DO CAMPUS SAMAMBAIA DO IFB**

Bibliotecárias: Gracielle Ribeiro – CRB 1/2128

N754 Nobres, Márcia Paula Ferreira Rodrigues
A inclusão da pessoa com deficiência no ensino técnico e
profissional / Márcia Paula Ferreira Rodrigues Nobres, Thalita Andressa
Barbosa Paes Landim Silva -- Brasília, 2023.
30 f.

Monografia (Pós-graduação em Docência para a Educação
Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Brasília, 2023.

Orientador: Blenda Cavalcante de Oliveira

1. Pessoas com deficiência - Ensino profissional. 2. Educação
inclusiva. 3. Professores - Formação. I. Silva, Thalita Andressa Barbosa
Paes Landim. II. Oliveira, Blenda Cavalcante de. III. Título.

CDU 377-056.26

MÁRCIA PAULA FERREIRA RODRIGUES NOBRES
THALITA ANDRESSA BARBOSA PAES LANDIM SILVA

**A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO TÉCNICO E
PROFISSIONAL**

Trabalho apresentado no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica - DocentEPT como pré-requisito para a obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Prof^a Blenda Cavalcante de Oliveira

Brasília
2023

MÁRCIA PAULA FERREIRA RODRIGUES NOBRES
THALITA ANDRESSA BARBOSA PAES LANDIM SILVA

**A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO TÉCNICO E
PROFISSIONAL**

Trabalho apresentado no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica - DocentEPT como pré-requisito para a obtenção do título de Especialista.

Aprovado em 16 de dezembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Profª Blenda Cavalcante de Oliveira

Profª Loyane Guedes

Profª Fernanda Signori

Brasília
2023

Resumo

O presente trabalho é fruto da Especialização em Docência para Educação Profissional e Tecnológica . Tem como tema de pesquisa a inclusão da pessoa com deficiência no ensino técnico e profissional e apresenta como pergunta geradora a seguinte questão: Como preparar o corpo docente e demais servidores da instituição para receber os alunos com deficiência e transtornos de aprendizagem na educação profissional e técnica do curso de Assistente Administrativo? Será que é necessária a formação continuada do professor visando um ambiente inclusivo? Apresenta como objetivo geral: Analisar o processo de inclusão de alunos com deficiência e transtornos de aprendizagem na educação profissional e técnica. E tem como objetivos específicos: Analisar a dinâmica da escola profissional e técnica diante do recebimento de estudantes com deficiência e transtornos de aprendizagem; Compreender como ocorre a inclusão nos cursos profissionalizantes; Propor ações de cunho reflexivo e pedagógico para a instituição de ensino observada. A pesquisa analisou uma escola profissionalizante privada e observou como ocorre o processo de inclusão do aluno com deficiência e transtorno de aprendizagem neste ambiente. Foram presenciadas dificuldades estruturais, além de limitações nas formações dos professores para o trabalho com esses estudantes.

Palavras chave: Inclusão; Educação profissional e tecnológica; Formação.

Resumen

Este trabajo es el resultado de la Especialización en Enseñanza para la Educación Profesional y Tecnológica. Tiene como el tema la investigación acerca de inclusión de personas con discapacidad en la enseñanza técnica y profesional y plantea la siguiente pregunta: ¿Cómo preparar al profesorado y demás empleados de la institución para recibir a alumnos con discapacidad y trastornos de aprendizaje en la enseñanza técnica y profesional del curso de Auxiliar Administrativo? ¿Es necesaria una formación continua del profesorado orientada a un entorno inclusivo? El objetivo general es analizar el proceso de inclusión de alumnos con discapacidad y trastornos del aprendizaje en la formación profesional y técnica. Y sus objetivos específicos son: Analizar la dinámica de las escuelas vocacionales y técnicas al recibir alumnos con discapacidad y trastornos de aprendizaje; Comprender cómo ocurre la inclusión en los cursos vocacionales; Proponer acciones reflexivas y pedagógicas para la institución educativa observada. La investigación analizó una escuela de formación profesional privada y observó cómo se produce el proceso de inclusión de alumnos con discapacidad y trastornos del aprendizaje en este entorno. Se observaron dificultades estructurales y limitaciones en la formación de los profesores para trabajar con estos alumnos.

Palabras clave: Inclusión; Educación profesional y tecnológica; Formación.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

TFC	Trabalho de Final de Curso
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
DocentEPT	Docência para a Educação Profissional e Tecnológica
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação
TDAH	Transtornos do Déficit de Atenção e Hiperatividade
PPP	Projeto Político Pedagógico
CF	Constituição Federal
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LBI	Lei Brasileira de Inclusão

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 METODOLOGIA	8
3 REFERENCIAL TEÓRICO – EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA E SEU CONTEXTO HISTÓRICO	11
3.1 Educação Inclusiva	11
3.2 O que é a Educação Inclusiva?	14
3.3 O que é deficiência?	15
3.4 O que são os transtornos de aprendizagem?	16
3.4.1 O que é o TDAH?	16
3.5 Educação Profissional x Educação Inclusiva	17
3.5.1. A Educação Inclusiva na Educação Profissional	17
3.5.2. O que a legislação da Educação Profissional aborda sobre a Educação Inclusiva?	18
3.5.3. Como ocorre o processo de profissionalização da pessoa com deficiência?	18
4 PROJETO INTERVENTIVO	20
4.1 Contexto da Pesquisa	20
4.2 Relato de experiência no Ensino Profissional	20
4.3 Proposta de ações para inclusão em turmas de Ensino Profissional	23
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS	27

1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho Final de Curso - TFC está localizado no eixo tecnológico de Gestão e Negócios, voltado para o curso Técnico em Administração e trata sobre inclusão da pessoa com deficiência no Ensino Técnico Profissional. Temos aqui a proposição de um projeto interventivo na Educação Profissional e Tecnológica - EPT, sendo que a proposta de projeto foi realizada como resultado do curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica - DocentEPT. Este trabalho foi desenvolvido em dupla, pelas professoras Thalita Andressa, com formação em Pedagogia e mestrado em Educação e com experiência vem Educação Especial e Inclusiva e por Márcia Nobres, com formação em Tecnólogo Gestão Financeira e Licenciada em Letras Espanhol e com experiência em Educação Empreendedora.

O processo de inclusão das pessoas com deficiências na sociedade é um tema de grande relevância e de grande repercussão social. Tal efeito se iniciou a partir da década de 1990, com a Declaração de Salamanca, que foi resultado da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais. Essa conferência propôs o acesso e qualidade de vida, promovida pelo governo da Espanha e pela Organização das Nações Unidas para a Educação - UNESCO. Durante esse período, fortaleceram-se os movimentos inclusivos enfatizando as pessoas com deficiência e as discussões sobre questões relacionadas à diversidade.

A partir do século XVI a história da Educação Especial passou a ser escrita por profissionais da saúde como os médicos e profissionais da educação como professores pedagogos que acreditavam na educação de pessoas até então consideradas ineducáveis. Nesse período, o cuidado com as pessoas que possuíam algum tipo de deficiência era sob vigilância mantendo-as reclusas; consideradas diferentes elas seriam mais bem cuidadas, protegidas e atendidas em suas necessidades se mantidas em ambientes isolados (Aranha, 2000).

O início da normalização em que o cenário propunha que toda pessoa com deficiência teria o direito de vivenciar um estilo ou padrão de vida que seria normal em sua cultura e que deveriam ser fornecidas oportunidades iguais de participação em todas as mesmas atividades compartilhadas por grupos de idades equivalentes.

O presente projeto interventivo tem por motivação buscar caminhos viáveis para abordar a inclusão de pessoas com algum tipo de deficiência no mundo do

trabalho, a partir da Educação Profissional e Tecnológica. Dessa forma propomos aqui reflexões que ajudem os profissionais da Educação Profissional e Tecnológica a trabalharem com Transtornos do Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH e no universo das múltiplas deficiências.

A educação profissional e técnica para pessoas com deficiência ainda é um tema pouco estudado e debatido dentro das universidades e nos ambientes de trabalho. Esse é um assunto sensível e que precisa de destaque, pois vivemos em uma sociedade onde a inclusão está em todos os espaços, mas ainda ocorre de forma precária quando vista pela ótica da inclusão no mundo do trabalho.

Diante desse cenário, teremos como pergunta geradora deste trabalho o seguinte questionamento: Como preparar o corpo docente e demais servidores da instituição para receber os alunos com deficiência e transtornos de aprendizagem na educação profissional e técnica do curso de Assistente Administrativo? Será que é necessária a formação continuada do professor visando um ambiente inclusivo?

Este trabalho terá como objetivo geral e específicos:

Objetivo Geral

Analisar o processo de inclusão de alunos com deficiência e transtornos de aprendizagem na educação profissional e técnica.

Específicos

- Analisar a dinâmica da escola profissional e técnica diante do recebimento de estudantes com deficiência e transtornos de aprendizagem;
- Compreender como ocorre a inclusão nos cursos profissionalizantes;
- Propor ações de cunho reflexivo e pedagógico para a instituição de ensino observada.

2 METODOLOGIA

Este trabalho se inicia com a apresentação das perspectivas teórico-metodológicas desta pesquisa, pois será a partir delas que será mostrado ao leitor o caminho a ser percorrido até a chegada da proposta do projeto interventivo. O principal objetivo de um trabalho de pesquisa é “descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos” (Gil 2008, p.26). Diante disso, compreendemos que esse trabalho terá como abordagem a pesquisa qualitativa, pois será utilizado o método de relato de experiência, descritivo (Prodanov; Freitas, 2013; Lakatos; Marconi, 2003) e a análise documental das teorias e legislação sobre a educação especial e inclusiva, assim como sobre a educação técnica e profissional.

A metodologia qualitativa tem como processo de construção a teoria estudada aliada com a prática realizada no local da pesquisa em si. De acordo com Gatti e André (2013, p.30), “as abordagens qualitativas [procuram] dar voz a todos os participantes, mesmo os que não [detenham] poder ou privilégio, o que [combina] muito bem com as ideias democráticas e com as causas sociais”. Essa ideia corrobora com essa pesquisa, pois ela diante desse cenário a partir das experiências da prática docente vivenciadas pela professora regente Márcia Paula no curso de Assistente Administrativo, em uma instituição privada de educação profissionalizante, situada na cidade de Brasília e na região administrativa de Ceilândia.

Segundo Lakatos e Marconi (1992, p.190) a observação direta intensiva é um tipo de observação que “[...] utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar”. Portanto, a observação direta, no caso da sala de aula, é significativa.

Este trabalho também se utiliza da observação participante, onde Gil (2008, p.103) entende que é “técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo”. Nesta pesquisa uma das pesquisadoras realizou a observação de uma classe do curso de Assistente Administrativo, em uma instituição de educação profissionalizante, unidade Ceilândia Centro.

De acordo com Gil (2008, p.103),

A observação participante pode assumir duas formas distintas: (a) natural, quando o observador pertence à mesma comunidade ou grupo que investiga;

e (b) artificial, quando o observador se integra ao grupo com o objetivo de realizar uma investigação.

Sendo que uma das pesquisadoras e autora deste estudo está inserida, e é professora do curso que foi observado, essa foi uma observação natural. A pesquisa foi realizada em seu local de trabalho, tornando mais fácil a sua integração com os estudantes e a completa observação dos fatos relatados neste trabalho.

Este trabalho também apresentará uma pesquisa bibliográfica e documental. De acordo com Gil (2002, p.45),

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

Deste modo, a pesquisa bibliográfica é a análise do pensamento dos diversos autores sobre a educação especial e inclusiva, e também sobre a educação técnica e profissional, enquanto a análise documental é a interpretação e análise das leis, levando em consideração que ela pode ser modificada a qualquer momento.

Ambiente Institucional

A instituição que foi observada é de ensino privado voltada para a qualificação profissional. Ela teve seu início em 1995 e hoje tem mais de 80 unidades em todo o Brasil.

De acordo com o site da instituição (2023), “a metodologia [da instituição] contempla a formação empreendedora dos alunos, prevê a interdisciplinaridade nas aulas e vê no aluno a capacidade de conhecer e transformar sua realidade e sua carreira profissional”. Com essa perspectiva de trabalho foi realizada a observação participante.

A turma observada foi a de Assistente Administrativo. O curso tem duração de um ano e meio e possui encontros semanais todas às quintas feiras, com duração de duas horas. A disciplina observada foi a de Empreendedorismo. A turma possui 25 alunos na faixa etária de 13 a 17 anos de idade.

Foi observado que a instituição não dispõe de um ambiente físico adaptado para receber pessoas com deficiência. Não possui rampa ou elevador, também não tem piso tátil. Foi notado que a escola profissionalizante possui um aluno com deficiência visual, mas que os professores não conseguiam realizar adaptações simples como: atividades diferenciadas, recursos de audiodescrição, etc.

Foi solicitado junto aos coordenadores de curso, o Projeto Político Pedagógico - PPP da Instituição observada, mas os mesmos não disponibilizaram este instrumento, alegando que somente os donos da escola tinham acesso a ele mediante um acesso específico. Neste momento foi percebido uma diferença significativa da instituição pública para a privada, pois na instituição pública, esse é um instrumento que valida todas as ações realizadas pela escola e tem caráter público, onde todos que solicitam podem ter acesso. Na instituição privada foi percebido que o PPP é um instrumento que a sociedade não pode ter acesso, não podendo identificar, de fato, as ações que a escola profissional espera para os seus estudantes.

3 REFERENCIAL TEÓRICO – EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA E SEU CONTEXTO HISTÓRICO

3.1 Educação Inclusiva

Na antiguidade, algumas sociedades, como a antiga Grécia e a romana, tinham visões variadas sobre pessoas com deficiência. Alguns eram cuidados por suas famílias, muitas vezes sendo deixados escondidos; enquanto outros eram marginalizados ou até expostos publicamente, sendo enviados para os circos para serem exibidos como seres bizarros. De acordo com Aranha (2007, p.12) eles estavam na “condição de sub-humanos. A deficiência, nessa época, inexistia enquanto problema, (...) a atitude adotada era a da ‘exposição’, ou seja, o abandono ao relento, até a morte”. Percebe-se que nessa época a pessoa com deficiência era escondida da sociedade, pois podia até mesmo ser vista como um mau agouro para a família que a tinha.

Durante a Idade Média, muitos consideravam as deficiências como castigos divinos ou resultado de forças malignas. Nesse período, o cuidado com as pessoas que possuíam algum tipo de deficiência era sob vigilância mantendo-as reclusas; consideradas diferentes elas seriam mais bem cuidadas, protegidas e atendidas em suas necessidades se mantidas em ambientes isolados (Aranha, 2000). Nessa época, com o advento do cristianismo a pessoa com deficiência passou “a ser considerado também possuidor de alma”, deste modo ele era o “diferente não produtivo”, não sendo mais “aceitável a sua exterminação” (Aranha, 2007, p.12).

O avanço de áreas como a medicina e a psicologia desencadearam mudanças significativas na percepção das deficiências. Surgiram os hospitais psiquiátricos. Locais utilizados por muitos para “confinar, mais do que para tratar” (Aranha, 2007, p.13), sendo muitas vezes esses locais superlotados e carentes de cuidados adequados. Nesse período, surgiu o paradigma da institucionalização. Que segregou a pessoa com deficiência da sociedade a mantendo em locais afastados para que não tivessem contato com o restante da sociedade.

No século XX, movimentos de direitos civis e mudanças nas atitudes sociais começaram a alterar a percepção pública sobre a deficiência. Houve avanços na medicina, tecnologia e leis que visavam garantir direitos iguais e acesso de oportunidade para as pessoas com deficiência. “A questão da integração social das minorias e, dentre elas a das pessoas com deficiência, surgiu (...) especialmente após

as duas grandes guerras” (Aranha, 2007, p.14), onde os países mais atingidos pelas guerras se viram com diversos cidadãos precisando de assistências diferenciadas. Deste modo, precisaram se adequar a essas novas necessidades para dar condições para que essas pessoas pudessem retornar ao mercado de trabalho.

A Declaração de Salamanca, em 1994, foi um marco para a Educação Especial e Inclusiva, modalidade de ensino transversal, para educandos com deficiência como, transtorno globais de desenvolvimento e altas habilidades e superdotação . Foi por meio desse documento que a educação especial começou a ser vista por outra ótica. Onde anteriormente existia o paradigma da integração passou-se para a inclusão.

De acordo com Landim (2016, p.21), “a Declaração de Salamanca enfatiza que existe a necessidade de que a escolarização dos estudantes com deficiência seja realizada em uma classe regular, onde devem ser proporcionadas a eles todas as condições de permanência e qualidade de ensino”. Ainda hoje, no Distrito Federal - DF, existem classes especiais nas escolas regulares que atendem aos estudantes com deficiência mais acentuada. Aqueles que não conseguem ser inclusos em classes regulares, pois precisam de um olhar diferenciado e atento do professor. No DF também temos Centros de Ensino Especial, para onde são direcionados os alunos que não se adequam à escola regular e nem às classes especiais.

A declaração de Salamanca enfatiza que “em classes comuns, exige que a escola regular se organize de forma a oferecer possibilidades objetivas de aprendizagem a todos os alunos, especialmente aqueles portadores de deficiências” (Brasil, 2001, p. 18). Essa fala deixa evidente a necessidade de que toda a escola se adeque para atender a esses estudantes, independentemente de suas condições.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada em 2006 pela ONU, é um marco importante, pois reforça a importância da inclusão, acessibilidade e igualdade para indivíduos com deficiência em todo o mundo. No Brasil ele foi corroborado pelo Decreto Legislativo nº186, de 2008, que tem força de Emenda Constitucional, por fazer parte dos Direitos Internacionais artigo 205 a 214.

Essa Convenção trouxe novos olhares para a inclusão da pessoa com deficiente em todos os espaços. Ela apresenta que:

v) reconhecendo a importância da acessibilidade aos meios físicos, social, econômico e cultural, à saúde, à educação e à informação e comunicação, para possibilitar às pessoas com deficiência o pleno gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais (BRASIL, 2013, p. 23).

Deste modo, nos é apresentando a necessidade de uma sociedade que atenda plenamente a pessoa com deficiências sem discriminação em nenhum ambiente. Por isso, o próprio texto nos traz a importância de que se façam adaptações razoáveis nos espaços, para que nenhuma pessoa se sinta excluída. Segundo o próprio texto, as adaptações razoáveis são

as modificações e os ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional ou indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que as pessoas com deficiência possam gozar ou exercer, em igualdade de oportunidade com as demais pessoas, todos os direitos humanos e liberdades fundamentais (BRASIL, 2013, p. 27).

É importante destacar que todas as pessoas, independente de sua condição, são cidadãos de direitos, onde o Estado deve resguardar o seu bem-estar e integridade.

No Brasil:

As primeiras iniciativas voltadas para a educação de pessoas com deficiência no Brasil remontam ao século XIX, com a criação de instituições beneficentes e escolas especializadas, muitas vezes mantidas por organizações religiosas ou filantrópicas.

No período das décadas de 1960 e 1970, a educação especial começou a ganhar mais atenção no contexto educacional brasileiro. O Estado passou a ter um papel mais ativo na criação de políticas voltadas para a educação de pessoas com deficiência.

A Constituição Federal - CF de 1988 foi um marco importante ao reconhecer a educação como um direito de todos. Ela estabelece a necessidade de ofertar “art.208 III- atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 2013, p. 20). Ela não especifica como será esse atendimento especializado, deixando para que outras leis normalizem esse texto constitucional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/96, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Nesta lei foi reforçada a inclusão de alunos com deficiência no sistema regular de ensino e a necessidade de adaptações curriculares e estruturais para atendê-los. É importante destacar que pela primeira vez temos, em uma lei, um capítulo específico sobre a Educação Especial.

A LDB apresenta que

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora (Brasil, 2023).

Esse inciso da lei é importante, pois diante do que foi elaborado pelo legislador percebemos a importância da inserção da pessoa com deficiência em todos os locais, inclusive a sua colocação no mercado de trabalho de forma competitiva.

Art. 42-B. A oferta de educação profissional técnica e tecnológica será orientada pela avaliação da qualidade das instituições e dos cursos referida no inciso VII-A do **caput** do art. 9º desta Lei, que deverá considerar as estatísticas de oferta, fluxo e rendimento, a aprendizagem dos saberes do trabalho, a aderência da oferta ao contexto social, econômico e produtivo local e nacional, a inserção dos egressos no mundo do trabalho e as condições institucionais de oferta. (Incluído pela Lei nº 14.645, de 2023) (Brasil, 2023).

Para que a inserção no mundo do trabalho ocorra de forma eficaz é importante que a pessoa com deficiência possa ter uma boa base na educação. Deste modo, esse artigo é importante por proporcionar ao estudante com deficiência uma qualificação profissional que possibilitará o seu ingresso no mundo do trabalho.

Ao longo dos anos, houve avanços significativos na elaboração de políticas públicas que promovem a inclusão escolar, como a criação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI).

3.2 O que é a Educação Inclusiva?

A educação inclusiva é um modelo educacional que busca garantir o acesso, a participação e o aprendizado de todos os alunos, independentemente de suas características, habilidades ou necessidades específicas. O principal objetivo da educação inclusiva é promover a igualdade de oportunidades e acesso para todos os estudantes, respeitando e valorizando a diversidade.

Concebe-se, desta forma, que a educação inclusiva, está em todas as esferas institucionais de ensino para atender a todos os sujeitos que delas têm direito, em todas as fases da Educação Básica de ensino regular, uma vez que a escola “deverá acolher a todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais emocionais, linguísticas e culturais” (Veríssimo, 2021, p. 13).

A educação inclusiva visa criar ambientes educacionais que acolham a diversidade, ofereçam suporte individualizado e promovam o sucesso de todos os alunos, independentemente de suas diferenças. Para Alves (2019, p.19), “qualquer

indivíduo pode ser incluído, pois nós podemos e devemos envolvê-lo, implicá-lo, juntando-o a qualquer outro ser para somar o seu crescimento a ambos”. A Lei Brasileira de Inclusão - LBI em seu artigo 37, garante que

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2023).

Deste modo, percebemos que a Educação Inclusiva irá perpassar todos os níveis e modalidades de ensino, garantindo assim que a pessoa alcance o máximo do seu potencial de desenvolvimento.

Macedo et al, (2015, p.38) entende que

todos os alunos tenham direito a matrícula em escolas comuns, mas não apenas, é preciso garantir o acesso ao conhecimento a esse alunado. Para tal é necessário oferecer condições estruturais e de trabalho aos seus professores e conhecimentos sobre as diferentes estratégias pedagógicas que podem ser usadas para o trabalho educacional com esses alunos, como, por exemplo, braile, softwares de comunicação alternativa e tantos outros recursos tecnológicos existentes.

Corroborado essa ideia, compreende-se que é necessária uma mudança de pensamento, estrutural e atitudinal para que ocorra de fato a inclusão. Alguns dos princípios da educação inclusiva são: Valorização da diversidade; Acesso equitativo; Aprendizagem para todos; Participação ativa; Colaboração e trabalho em equipe; Ambiente acolhedor.

Estes princípios são fundamentais para orientar as práticas educacionais e criar ambientes de aprendizado que atendam às necessidades individuais de todos os alunos, promovendo a inclusão e a igualdade de oportunidades na educação.

3.3 O que é deficiência?

Deficiência é um termo que se refere a limitações físicas, sensoriais e intelectuais que podem afetar a maneira como uma pessoa interage, se comunica, aprende ou realiza atividades do dia a dia. A definição de deficiência na Convenção sobre o direito das pessoas com deficiência é

Pessoas com deficiências são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na

sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2013, p. 26).

As deficiências podem ser de naturezas diversas: Física, Múltiplas, Visuais, Auditivas, Transtorno do Espectro Autista, etc.

3.4 O que são os transtornos de aprendizagem?

Os transtornos de aprendizagem são condições neurobiológicas que afetam a capacidade de uma pessoa aprender de maneira típica. Estes transtornos interferem na aquisição e no uso da fala, leitura, escrita ou habilidades matemáticas.

Os transtornos de aprendizagem não estão relacionados à inteligência; muitas vezes, pessoas com transtornos de aprendizagem têm habilidades intelectuais normais ou até mesmo acima da média. No entanto, essas condições podem criar desafios específicos na aprendizagem de certas habilidades acadêmicas.

É importante identificar esses transtornos precocemente para proporcionar apoio adequado, estratégias de ensino personalizadas e intervenções específicas que ajudem a pessoa a superar ou lidar com os desafios relacionados ao aprendizado.

Alguns exemplos comuns de transtornos de aprendizagem incluem: dislexia, disgrafia, discalculia, Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade - TDAH, entre outros.

3.4.1 O que é o TDAH?

O Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH, tem sua origem na infância, sendo que sua causa não está completamente esclarecida. Segundo Luccia (2014), a causa originária do TDAH não está completamente desvendada, não se sabe se é predominantemente ambiental ou orgânica, sendo esses dois níveis de análise possíveis. Este transtorno de aprendizagem apresenta múltiplos sintomas que interferem na vida do indivíduo, sobretudo no processo de escolarização.

O estudante com TDAH pode enfrentar diversos desafios ao longo da vida. Eles podem se intensificar em sua trajetória acadêmica, pois muitas vezes será nesse ambiente que se notará os primeiros sinais do transtorno. O desafio do TDAH não é vivenciado somente pelo aluno, mas também pelos familiares, professores e profissionais envolvidos em seu atendimento.

De acordo com Ribeiro (2008), representa um grande desafio para os professores e toda a comunidade escolar receber um estudante com transtorno de atenção e hiperatividade, pois será preciso lidar com os comportamentos disruptivos. Isso pode tornar mais complexa a tarefa de manter a disciplina da turma e promover a aprendizagem dos alunos.

3.5 Educação Profissional x Educação Inclusiva

A relação entre educação profissional e educação inclusiva reside na necessidade de garantir que a educação profissionalizante seja acessível e inclusiva para todos os estudantes, independentemente de suas habilidades, características ou necessidades específicas.

A educação técnica e profissional visa preparar os alunos para o mundo do trabalho, fornecendo habilidades práticas, conhecimentos específicos e competências necessárias para trabalhar em determinadas áreas profissionais.

Historicamente, a educação profissional estava muitas vezes separada da educação inclusiva, o que significa que nem todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências ou necessidades especiais, tinham acesso igualitário a programas de educação profissional.

3.5.1. A Educação Inclusiva na Educação Profissional

A educação inclusiva na educação profissional defende a ideia de que todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiências, devem ter a oportunidade de participar de programas de educação profissional e receber o suporte necessário para alcançar seus objetivos profissionais.

Isso implica na adaptação de currículos, métodos de ensino, recursos e ambientes para atender às necessidades individuais de todos os estudantes, proporcionando um ambiente de aprendizagem inclusivo, acessível e equitativo.

Atualmente, há um movimento crescente para integrar a educação profissional inclusiva nos sistemas educacionais, visando garantir que todos os estudantes tenham oportunidades iguais de acesso, participação e sucesso na educação profissional, independentemente de suas características individuais. Isso é

fundamental para promover a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho e na sociedade em geral.

3.5.2. O que a legislação da Educação Profissional aborda sobre a Educação Inclusiva?

A Lei Brasileira de Inclusão prevê em seu artigo 34 que “a pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas” (Brasil, 2015, p.14), deste modo, toda e qualquer pessoa tem o direito ao trabalho em igualdade de condições. Vemos que, ainda hoje, esse artigo da lei não é aplicado em sua totalidade, pois vemos que muitas pessoas com deficiência ainda não estão inseridas no mercado de trabalho, seja porque as empresas desconhecem a necessidade de contratar pessoas com deficiência, ou o estudante sai do ensino básico sem o devido amparo para o ingresso no mundo do trabalho, até mesmo pelo preconceito que ainda existe em nossa sociedade.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), reafirma a inclusão de alunos com deficiência na educação profissional, estimulando práticas pedagógicas inclusivas e o acesso aos recursos de acessibilidade necessários.

3.5.3. Como ocorre o processo de profissionalização da pessoa com deficiência?

O processo de profissionalização de uma pessoa com deficiência pode variar dependendo das suas necessidades, habilidades e do ambiente em que está inserida.

É direito do estudante com deficiência receber capacitação para que ingresse de maneira justa e igualitária no emprego ao qual o mesmo tenha sido selecionado. A LBI vem corroborando essa afirmação em seu artigo 36 parágrafo segundo, onde afirma que

§2º A habilitação profissional corresponde ao processo destinado a propiciar à pessoa com deficiência aquisição de conhecimentos, habilidades e aptidões para exercício de profissão ou de ocupação, permitindo nível suficiente de desenvolvimento profissional para ingresso no campo de trabalho (Brasil, 2015, p.15).

É essencial ressaltar que a profissionalização de pessoas com deficiência requer um ambiente inclusivo, suporte adequado e políticas que promovam a igualdade de oportunidades. Ações de conscientização, eliminação de barreiras e adaptação de estruturas são fundamentais para garantir uma transição bem-sucedida para o mercado de trabalho.

É garantido pela Lei Brasileira de Inclusão um suporte individualizado para a pessoa com deficiência que busca a inclusão no mercado de trabalho. A Lei garante a “II- provisão de suportes individualizados que atendam a necessidades específicas das pessoas com deficiência, inclusive a disponibilização de recursos de tecnologia assistiva, de agente facilitador e de apoio no ambiente de trabalho” (BRASIL, 2015, p.15). Esse suporte é essencial para que não exista divergências entre a pessoa com deficiência e quem a emprega, tendo em vista que muitas vezes existe uma limitação de linguagem e entendimento para com a pessoa com deficiência.

4 PROJETO INTERVENTIVO

4.1 Contexto da Pesquisa

A presente pesquisa foi realizada em uma Instituição de Ensino Profissionalizante, localizada na cidade de Brasília, na região administrativa de Ceilândia. Esta unidade oferta cursos profissionalizantes de Assistente Administrativo, Informática Básica e língua estrangeira Inglês na modalidade presencial. Hoje atende um total aproximado de 210 estudantes em seus cursos.

Quando o professor pensa e planeja as suas aulas, ele está assumindo uma postura reflexiva em sua prática pedagógica. Deste modo, ele reconhece que os alunos são seres individuais, onde não aprendem de forma igualitária, e sim de forma individual, cada um em seu tempo e no seu ritmo. Valorizando essas diferenças, respeitamos o tempo do aluno e é esperado que ele desenvolva uma aprendizagem de forma satisfatória e significativa.

4.2 Relato de experiência no Ensino Profissional

Neste capítulo será apresentado um breve relato de experiência vivido em uma sala de aula do ensino técnico e profissional. A observação participante aconteceu no em uma escola profissionalizante privada, localizada em Ceilândia, nos meses de outubro e novembro de 2023, no curso de Assistente Administrativo.

A classe observada possuía 25 alunos, na faixa etária de 13 a 17 anos de idade. Essa turma tinha um aluno com deficiência física e outro com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade. A deficiência física que o estudante possui se chama Monoplegia dos membros superiores e inferiores esquerdo. De acordo com Macedo (2008, p. 128) “Monoplegia: perda total das funções motoras de um só membro (podendo ser membro superior ou membro inferior)”. Serão realizados dois relatos de experiência. O primeiro relato é da interação com o estudante com TDAH e o segundo relato será da experiência com o aluno com deficiência física.

1º Relato - Estudante com TDAH

O relato de observação se inicia com a recepção dos estudantes pela Coordenadora do curso. É apresentado a eles todo o ambiente escolar. As salas de aula ficam localizadas no segundo andar do prédio.

Nos primeiros dias de aula, a professora regente ministrou aulas expositivas, com o objetivo de apresentar o curso de Assistente Administrativo. Foi exposto aos alunos a definição do cargo de Assistente Administrativo Financeiro, as suas atribuições na empresa e as oportunidades junto ao mercado de trabalho. De acordo com o depoimento da professora, nas aulas o comportamento do aluno com TDAH em sala deixava os demais estudantes incomodados:

“Percebi que os demais alunos se sentiram incomodados, com o comportamento do aluno com o transtorno do déficit de atenção e hiperatividade - TDAH. Sua inquietude de permanecer sentado, seus questionamentos iniciais (nos quais interrompia constantemente minha fala), gerava nos demais colegas, comentários imediatos, com tom de impaciência e rejeição com a sua presença em sala de aula” (Ferreira, 2023).

Neste primeiro momento de contato com os aluno com deficiência TDAH e com necessidades de acompanhamento especial, foi percebida a importância de uma formação específica para o profissional que irá atuar com alunos que requerem atenção diferenciada. A formação específica do professor para atuar com a educação especial e inclusiva, em especial no contexto da educação profissional, é uma necessidade atual. Tal formação foi percebida diante da dificuldade da professora em lidar com a diversidade em sala de aula.

De acordo com Mantoan (2003), a inclusão é uma oportunidade para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas, tornando a inclusão escolar uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino profissional.

Com os encontros semanais, a professora começou a observar o grande desafio diante da inclusão. Tentou focar na diminuição e eliminação de barreiras que podem impedir o pleno desenvolvimento dos sujeitos em sala de aula.

De acordo com o relato da professora observada, quando ela começou os componentes do empreendedorismo, percebeu a dificuldade em “aprender” do aluno com TDAH. Com isso, ela propôs a ele um atendimento individualizado na resolução das atividades de sala de aula, para que o mesmo pudesse acompanhar o trabalho pedagógico com os demais alunos.

Para Barkley et al (2008) o sucesso educacional de indivíduo com TDAH não envolve apenas um instrumento comportamental documentado, mas também a presença de professores envolvidos de forma ativa e voluntária no processo de trabalho com esses alunos.

Com o passar dos encontros semanais, sempre realizados às quintas feiras pela manhã, foi possível observar melhor esse aluno. Foi percebido que ele se distraía com facilidade e possuía grande interesse em aprender programação de computadores no curso profissionalizante de informática básica. Diante dessas observações, para que o aluno não se sentisse desmotivado e seu rendimento fosse prejudicado, a professora sempre planejava atividades diferentes para cada aula.

Segundo Mantoan (2003 p.31) “inovar não tem necessariamente o sentido do inusitado. As grandes inovações são, muitas vezes, a concretização do óbvio, do simples, do que é possível fazer”. Corroborando essa ideia, foi entendido que a atividade proposta para os estudantes da turma, podiam ser adaptadas de forma atrativa e dinâmica para o aluno com TDAH. Esse tipo de atividade motivou uma participação ativa e com o decorrer dos encontros proporcionou um ambiente mais harmônico entre os estudantes. A ludicidade integrou todos os estudantes, tornando o ambiente mais harmônico.

2º Relato - Estudante com Deficiência Física

A aluna com deficiência física, assim como no primeiro relato foi recepcionada pela coordenadora de curso e lhe foi apresentado o ambiente escolar. De acordo com o relato da professora, a interação com a estudante com deficiência foi um pouco mais complexa.

“Já com a aluna com deficiência física, percebi pouca interação nos primeiros encontros. Não interagia com os demais colegas, quase nunca questionava ou esboçava algum sentimento de dúvida ou questionamento sobre os conteúdos. Essa

passividade me incomodava e me trazia ao universo da reflexão de como rever minha prática docente. Diante da experiência vivenciada na escola, percebi uma realidade cheia de situações problemas, que às vezes não se espera no exercício dessa atividade (docente). A interação com a aluna só foi possível, quando eu professora, também pessoa com deficiência, em um dos encontros expus a minha deficiência e relatei toda minha trajetória de vida e todo o contexto, que vivenciei para ser inserida no mundo do trabalho” (Ferreira, 2023).

Segundo Karagiannis, Stainback e Stainback (1999, p. 21), enfatizam os fundamentos do ensino inclusivo, englobando uma concepção que contempla uma visão ampla de educação: “[...] o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural – em escolas e sala de aulas provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas”. É importante destacar que a fala da professora incentivou o desenvolvimento da aluna em sala de aula. Reconhecer o professor como um de seus pares ajudou a aluna a se situar em sala de aula, colaborando no seu processo de formação. A professora regente é uma pessoa com deficiência física, assim como a estudante, possui Monoplegia dos membros superiores esquerdos. A sua condição física e relato de vida foi fator determinante na interação com a aluna.

4.3 Proposta de ações para inclusão em turmas de Ensino Profissional

O Projeto Interventivo deste trabalho tem como base as experiências vividas em sala de aula pela professora observada, também pessoa com deficiência. O relato dos desafios na inclusão de alunos com deficiência e transtornos de aprendizagem, no contexto educação profissional, foi o que incentivou a elaboração das propostas a serem apresentadas a seguir.

Foi percebida a grande dificuldade que nosso sistema de ensino tem de lidar com essa problemática. As pessoas com deficiência estão presentes em todos os

espaços e precisam de um olhar diferenciado para que possam conviver com os demais sem se sentirem excluídos.

De acordo com Tezani (2010, p.293) “adaptar a escola para garantir a educação inclusiva é eliminar barreiras físicas, é ter um novo olhar para o currículo escolar, é proporcionar a todos os alunos o acesso aos processos de aprendizagem e desenvolvimento”.

Propostas de ação:

- Realizar, ao início de cada curso, uma formação com os professores sobre as deficiências, orientar sobre os casos que irão ter em suas salas de aula e sugestões de estratégias a serem utilizadas com os alunos.
- Incentivar um trabalho de socialização das pessoas com deficiência e transtornos de aprendizagem, visando que todos os membros da instituição, sejam capazes de acolher e conviver com a diversidade.
- Proporcionar um ambiente de acolhimento das diferenças, oferecendo palestras para toda a comunidade escolar: professores, alunos, funcionários da limpeza, comunidade escolar, etc. Esse poderá ser um fator determinante para que a prática docente tenha resultados satisfatórios, no contexto da educação profissional.
- Incluir o uso de tecnologias assistivas na elaboração de atividades teóricas e práticas. Visando a quebra de barreiras nas aulas, oferecendo um ambiente de igualdade de acesso e desenvolvimento de suas potencialidades.
- Ao final do período letivo fazer uma avaliação com os professores de como foi o aproveitamento e andamento das turmas que tiveram estudantes com deficiente ou com transtorno em sala. Sugestões de mudanças para os próximos cursos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um novo olhar se faz necessário e um novo posicionamento das organizações é preciso quando é falando de inclusão. Não é possível se distanciar mais do pensamento sobre o mundo produtivo sem que ele incorpore o contingente enorme e crescente de pessoas com deficiência que historicamente foram excluídas do direito à escola e ao mercado de trabalho. O futuro das organizações depende da sua capacidade de incluir a todos, independente de sua condição física, sensorial, intelectual ou cognitiva.

Diante da experiência vivida por meio deste relato de experiência foi possível analisar a necessidade urgente de uma formação especializada dos professores para trabalharem com a inclusão na educação profissional. Essa urgência fica evidente quando o pesquisador relata as dificuldades encontradas na adaptação de materiais, na experiência com os outros professores e também na conscientização dos demais estudantes sobre as deficiências.

Verificou-se uma deficiência no sistema de ensino profissional privado. Ainda é possível identificar que o sistema privado não conseguiu se adequar estruturalmente e nem fisicamente para atender ao estudante com deficiência. Uma sensibilização e adequação às leis precisam ser feitas nessas instituições de ensino, pois hoje a inclusão é uma necessidade em todos os espaços.

Fazer inclusão é desenvolver ações formais e não formais junto a alunos, professores, servidores e toda comunidade escolar. A sensibilização não pode ser somente com a pessoa com deficiência, mas com todos que precisam assumir o desafio da igualdade de oportunidades.

Durante a realização desta pesquisa foi possível compreender que as escolas profissionalizantes estão recebendo cada vez mais pessoas com deficiência e transtornos de aprendizagem, ou seja, no caso observado foi possível constatar que o acolhimento a deficiência nas instituições de ensino profissionalizante privada ainda ocorre de forma precária. Os estudantes são recebidos sem um preparo inicial dos professores e servidores que irão atuar com eles. A escola não se adequa às necessidades dos alunos colocando infraestrutura mínima, como rampas e elevadores, para atender as necessidades básicas desses estudantes.

Foi percebido que a instituição privada não está preocupada em fazer uma formação prévia com seus professores auxiliando-os no processo de inclusão dos

estudantes com deficiência e transtornos de aprendizagem. Não existem adaptações mínimas nas atividades ou uma instrução para que isso ocorra e o estudante se sinta parte da turma, e não excluído.

Por fim, este trabalho propôs ações de cunho reflexivo e pedagógico na instituição de ensino, com o intuito de minimizar a exclusão e viabilizar uma ótica de inclusão nas escolas de ensino profissionalizante privado. A formação continuada dos professores, a sensibilização para o uso das tecnologias assistivas são estratégias simples que podem fazer a diferença no processo de inclusão.

Esperamos que este estudo seja, um passo para a realização de novas pesquisas e que projetos interventivos possam ser desenvolvidos em instituições semelhantes, visando a inclusão dos alunos com deficiência e transtornos de aprendizagem na educação profissional.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. **Inclusão**: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio. 5.ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

ARANHA, M. S. F. **Inclusão**. In MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A; TANAKA, E.D.O. (Eds). *Perspectivas Multidisciplinares de Educação Especial*. Londrina: EDUEL, v.2, 15-18, 2001.

ARANHA, M. S. F. **Trabalho e Emprego**: instrumento de construção da identidade pessoal e social. Brasília, 2007.

BRASIL. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. MEC; SEESP, 2001.

BRASIL. **Legislação brasileira sobre pessoas com deficiência**. 7^a. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência**: lei nº 13146, de 6 de julho de 2015. Edições Câmara. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015.

DE LUCCIA, Danna Paes de Barros. **Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) diagnosticado na infância**: a narrativa do adulto e as contribuições da psicanálise. 2014. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-06112014-123923/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

GATTI, B.; ANDRÉ, M. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em Educação no Brasil. In: WELLER, W.; PFAFF, N. **Metodologias da Pesquisa Qualitativa em Educação**: Teoria e Prática. 3^a Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 29-38.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6^a ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4^a ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LANDIM, T. A. B. P. **O pedagogo formado na UnB e a sua atuação na educação inclusiva**. 2016. xi, 171 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/20879> Acesso em 4 dez. 2023.

MACEDO, P. C. M. **Deficiência física congênita e Saúde Mental**. Rev. SBPH, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 127-139, dez. 2008. Disponível em

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582008000200011&lng=pt&nrm=iso Acessos em 1 dez. 2023.

RIBEIRO, Luis R. Camargo. **Aprendizagem baseada em problema (PBL):** uma experiência no ensino superior. São Carlos: EduFSCar, 2008.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão:** um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 2003.

VERÍSSIMO, H. **Inclusão:** a educação da pessoa com necessidades educativas especiais-velhos e novos paradigmas. Benjamin Constant, n. 18, 2001.